

O testemunho constituinte da licença-paternidade



» ANA SOFIA GUERRA
Psicanalista, psicóloga,
embaixadora da CoPai e
filha de Alcení Guerra, autor
da licença-paternidade

Em 1988, o então deputado federal Alcení Guerra propôs a inclusão da licença-paternidade na Constituição. À época, a resistência era grande. Dias antes da votação, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, lhe disse que o artigo dificilmente seria aprovado.

O momento era simbólico. Alcení havia se tornado pai havia poucos dias, quando eu nascera. Minha mãe enfrentava complicações graves no pós-parto. Meu pai se dividia entre o Congresso e uma casa com uma recém-nascida, uma esposa hospitalizada com uma depressão puerperal em curso e três filhos pequenos.

Na véspera da votação, uma noite agitada da filha caçula o manteve em vigília. Naquelas horas, formulei uma estratégia para seu discurso em defesa da licença-paternidade: uma fala colérica, à altura da resistência que enfrentava. No dia seguinte, atrasado, se dirigiu às pressas ao Congresso Nacional. Ao subir à tribuna, foi anunciado por Ulysses como “o homem gestante”, provocando gargalhadas gerais.

Diante dos risos, decide fazer outra coisa com seu inconformismo. Abandona o discurso raivoso e fala como pai e pediatra. Dá um testemunho comovente da própria história e de tantas

famílias que acompanhara enquanto médico. O plenário, antes ruidoso, se silencia. A licença-paternidade é aprovada na Constituição Federal. Ulysses Guimarães lhe faz um pedido público de desculpas.

Trinta e seis anos depois, essa conquista segue incompleta. A Constituição garantiu o direito, mas o Congresso jamais o regulamentou plenamente. O prazo legal, estabelecido no final de 2023, venceu em 8 de julho deste ano. Ainda temos apenas cinco dias corridos de licença — um tempo irrisório diante da complexidade emocional e física do nascimento de um filho.

Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou um requerimento de urgência para votar o PL 3.935/2008, que amplia a licença para apenas 15 dias. Apesar de representar avanço, a proposta é insuficiente. Ignora transformações sociais, evidências científicas e o debate público acumulado sobre o tema.

A Coalizão pela Licença-Paternidade (CoPai), que reúne sociedade civil, setor privado e representantes do poder público, apoia o PL 6.216/2023 e propõe, como período mínimo, 30 dias. Trata-se de uma proposta responsável, centrada na infância e baseada em pesquisas que mostram os efeitos de pais presentes nos primeiros dias da vida de um filho. Um tempo de possibilidade para que os pais sejam implicados no cuidado, afetos e responsabilidades.

Na psicanálise, a determinação biológica não é garantia de que vínculos sejam estabelecidos: toda criança precisa ser adotada. Para que um recém-nascido possa se constituir como sujeito, é necessário uma inscrição da figura paterna,

que exige tempo, desejo e consentimento. O pai é parte de uma trama a três, e é o que permite que a construção de um espaço entre a mãe e o bebê seja possível, e que possibilite a inscrição na linguagem e no mundo simbólico.

Essa relação primitiva com o pai, um dos primeiros encontros de afeto e cuidado, deixa marcas. Ela tem efeitos e repercute nas relações futuras: amorosas, profissionais, sociais e consigo mesmo. A inscrição da figura paterna é uma oportunidade para que esses filhos possam construir os próprios caminhos. Para que, a partir desse vínculo, os filhos possam criar os próprios vínculos no futuro e viver com mais dignidade as ausências e separações inevitáveis da vida.

Estudos mostram que a presença do pai nos primeiros dias de um filho reduz a evasão escolar, melhores indicadores de saúde e laborais. Efeitos que têm em comum um certo modo de emancipação. Também tem efeitos nos próprios pais: fortalece os laços familiares, reduz desigualdade de gênero, aumenta o engajamento no trabalho e o senso de responsabilidade.

A licença-paternidade é um investimento. Social, econômico, afetivo. É uma questão política e também ética. Ela nasceu de um testemunho — e de uma aposta contra o cinismo e retaliações estereis. Em 1988, meu pai inventou um outro modo de defender o que acreditava, movido pela paternidade e pelo momento histórico. Em 2025, nos encontramos com uma nova oportunidade. Trinta dias é o mínimo. Que façamos bom uso desse tempo e dos testemunhos para construir um país mais ético desde o berço.



Movimento dos evangélicos desigrejados



» DENISE SANTANA
Doutora em teologia,
historiadora e jornalista

O cenário atual do segmento evangélico mostra pessoas entrando e saindo das igrejas. O Censo Demográfico 2022 sobre religião, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que o número de evangélicos aumentou no Brasil, chegando a 26,9% da população, somando 47,4 milhões de pessoas. Apesar desse crescimento, existe outra realidade: o abandono da comunidade de fé, em que evangélicos se desligam das igrejas institucionais e optam por cultivar uma fé autônoma. O movimento ficou popularmente conhecido como desigrejados.

Esse desligamento dos membros traz um novo panorama para a igreja institucional, que passa por mudanças. Antigamente, existiam os católicos romanos e ortodoxos praticantes e os não praticantes, mas os evangélicos eram praticantes. Hoje, existe o crente que não quer mais frequentar a igreja institucional.

Cada pesquisador categoriza de uma maneira os subgrupos de desigrejados. Entendo que são três. O primeiro grupo comporta os decepcionados, que são pessoas que abandonaram a comunidade pelos mais diversos motivos, mas que não querem o fim da igreja institucional. O segundo são os radicais, que defendem o

fechamento dos templos. O terceiro são os consumidores, que são usuários de algumas atividades congregacionais, mas não querem compromisso de membresia e comunhão.

As pessoas estão abandonando as comunidades de fé pelos mais variados motivos. Conversando com os desigrejados que estão formando comunidade nas redes sociais para criticar o segmento, especialmente no Facebook, percebi que a evasão acontece porque discordam da institucionalização da Igreja, da variedade de denominações religiosas, da secularização das Igrejas históricas, da profissionalização do pastorado, da busca pelo diploma de teologia reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), da variedade de métodos de crescimento das Igrejas onde os líderes buscam quantidade de pessoas em detrimento da qualidade espiritual dos membros, dos ministérios que têm somente foco em reuniões que visam bater metas da liderança, da disputa entre as pessoas para atingir as metas, da estrutura organizacional (templo, culto regular aos domingos, tesouraria, ofícios, oferta, dízimo, CNPJ, clero oficial, confissão de fé, rol de membros, a igreja ter propriedade, escola ou seminário), da hierarquia na denominação que não permite viver o sacerdócio de todo o crente, da igreja empresa com pastores que buscam lucro financeiro e viraram homens de negócio, da Teologia da Prosperidade, do abuso espiritual dos líderes, dos escândalos sexuais e financeiros, e da política partidária nos templos, que polarizou os fiéis.

É preciso pensar os aspectos sociais mais amplos que têm levado as pessoas a abandonarem as igrejas. O movimento pode ser entendido por

meio da desinstitucionalização. O desigrejamento é fruto da crise institucional que a Igreja Evangélica atravessa, uma falta de pertencimento que atinge todas as esferas da sociedade, inclusive a área religiosa. Também pode ser entendido pela destradicionalização. Anteriormente, era normal uma pessoa permanecer em uma Igreja porque a família era daquela tradição religiosa. Hoje, a pessoa é autônoma na escolha da fé, podendo romper com laços religiosos familiares. Ocorre uma quebra significativa entre as gerações na transmissão da herança religiosa, que antes era repassada de pai para filho, o que faz com que o legado dos valores, dos saberes e dos bens simbólicos se dilua de geração em geração. A sociedade vive uma crise na transmissão da herança cultural com reflexos em todas as áreas, como família, Estado, movimentos sociais, entidades civis e tradições religiosas.

Existe, ainda, a crise axiológica, que gera a decadência de valores e o descrédito pessoal e das instituições. Essa crise também deve ser levada em conta quando se busca desenhar os caminhos que explicam o desigrejamento. A crise axiológica aumenta quanto mais se articulam os eventos humanos, como a secularização, a modernidade, a globalização, as mudanças de condições culturais, sociais e de trabalho. Na contemporaneidade, a cultura dominante instiga a sociedade ao imediatismo, à busca permanente de novidades e de novas experiências, a ser o próprio construtor das suas verdades. A cultura também prega aversão à tutela institucional, o fim da verdade absoluta, o individualismo, a religiosidade emotiva, o pluralismo e o pragmatismo.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@adabr.com.br



Estado paralelo

Alarmante é o estudo apresentado pela Cambridge University Press mostrando que 61,6 milhões de brasileiros, ou algo como 26% da população, vivem sob regras impostas por facções criminosas espalhadas por todo o país. São cidadãos que, por ausência do Estado, estão colocados sob o jugo da chamada governança criminal, que, com leis e punições próprias, controlam imensos territórios.

Mostra ainda o estudo que a vida comunitária nesses locais está sujeita a estreitas regras impostas por essas organizações, afetando do acesso a serviços públicos a até mesmo as eleições, onde, sob grande pressão, essas comunidades acabam votando em candidatos ligados aos criminosos e aos seus projetos.

Dinheiro para esse país controlado pelo crime não falta. Apenas em 2024, as organizações criminosas movimentaram mais de R\$ 150 bilhões em recursos vindos de uma multiplicidade de fontes ilegais que, depois, são branqueadas por empresas de fachadas, também espalhadas por todo o país. A área de compra e venda e distribuição de petróleo e derivados tem sido a predileta desses grupos, por serem produtos onde a falsificação e a sonegação são mais facilitadas. O fato é que o crime organizado não depende do governo para se estabelecer e crescer. Tem renda própria, maior que muitos municípios juntos.

Seu poderio tem crescido e se expandido enormemente nos últimos anos. As forças de segurança, com recursos econômicos cada vez mais minguados, conhecem bem o poderio de fogo desses criminosos, cada vez mais bem armados e treinados em táticas de guerra.

São, de fato, organizações com atuação sofisticada e que chegam a operar até de dentro da própria máquina do Estado. Levantamento feito pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) mostra que o Brasil tem, aproximadamente, 100 grandes e pequenas organizações criminosas. Entre 2022 e 2024, facções do crime foram identificadas dentro de 1.760 pavilhões prisionais por todo o país. É um mundo aparte, ou submundo paralelo, ao qual os brasileiros fingem não conhecer por medo e as autoridades, por questões diversas, fazem questão de deixar em paz.

Algumas entidades que estudam esse caso escabroso chegam a afirmar que hoje quase um terço da população brasileira se encontra direta ou indiretamente subjugada por organizações criminosas de toda a espécie. Os Estados Unidos, por exemplo, já manifestaram diversas vezes sua preocupação com a expansão das facções brasileiras, especialmente pela conexão dessas organizações com cartéis internacionais e com redes de lavagem de dinheiro que atravessam fronteiras. O Comando Vermelho e o PCC são frequentemente citados em relatórios do Departamento de Estado e da DEA (Drug Enforcement Administration), devido ao envolvimento não só no tráfico de drogas, mas também no fornecimento de armas e na articulação de redes ilícitas que chegam a países vizinhos.

Nesse ponto, surge a tênue linha que separa o crime organizado dos grupos classificados como terroristas. Ao controlar territórios, impor regras, financiar campanhas políticas e transnacionalizar suas operações, essas facções já não atuam apenas como máfias locais, mas assumem características de organizações insurgentes. O risco, apontado por especialistas, é de que a América Latina se torne um grande corredor de instabilidade, onde o narcotráfico e o crime organizado se transformem em ameaças diretas à segurança nacional de vários países.

Não se trata mais de uma guerra localizada nas periferias brasileiras, mas de uma expansão continental. Países vizinhos, como Paraguai, Bolívia e Colômbia, sofrem com a presença desses grupos, seja pela penetração financeira, seja pela utilização de seus territórios como rotas de tráfico. Em consequência, cresce a possibilidade de cooperação internacional em operações de inteligência e segurança, com os EUA exercendo um papel central.

O que o estudo revela, portanto, é que o Brasil corre o risco de se tornar um epicentro do crime organizado transnacional, com ramificações que fragilizam democracias inteiras. Se nada for feito em termos de coordenação internacional, políticas públicas efetivas e fortalecimento do Estado, a tendência é de que essas organizações não apenas se consolidem, mas avancem para um patamar ainda mais perigoso, assumindo funções tipicamente políticas e desestabilizando o continente como um todo.

» A frase que foi pronunciada

“Nossa geração não lamenta tanto os crimes dos perversos quanto o estarrecido silêncio dos bondosos!”

Martin Luther King

» História de Brasília

Entrando ou saindo de uma superquadra, ponha seu carro em segunda. Respeite o pedestre que está atravessando na faixa de segurança. Ele tem direito, mesmo que não haja guarda orientando o tráfego. (Publicada em 8/5/1962)